



CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA A Comissão de Justiça e Redação Em
Présidente
CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA A Comissão de Finanças e Orgamento Em de de de

DATA

Miguel Pereira, 07 de dezembro de 2023. Mensagem nº 0159/2023. PRESIDENTE

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar que DISPOE SOBRE ALTERAÇÕES NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO

MIGUEL PEREIRA. EM REGIME DE URGÊNCIA/URGENTÍSSIMA.

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa alterar a Tabela XIV da Lei Complementa ENTE nº 036, de 19 de dezembro de 1997 (Código Tributário do Município de Miguel Pereira) reajustando a Taxa de Coleta de Lixo.

O diagnóstico da Lei Complementar 251/2017 do município de Miguel Pereira que instituiu a Taxa de Coleta de Lixo focou em três aspectos da legislação: Simplicidade, Segmentação e Valor.

O aspecto de Simplicidade buscou avaliar quão fácil é sua compreensão pela sociedade. O quesito Segmentação, por sua vez, buscou avaliar quão segregada é a legislação para os setores econômicos, porte das empresas e regiões do município. Por fim, o quesito valor, buscou avaliar o custo para a sociedade, sua evolução no tempo, formas de pagamento e possibilidade de desconto.

SIMPLICIDADE

Apesar de recente, a legislação já sofreu duas alterações desde 2017. Foram modificadas as faixas de cobrança por metragem dos imóveis e os valores das respectivas faixas. A atual tabela de valores se encontra na Lei Complementar 341/2021. Legislações anteriores: Lei Complementar 267/2018 e Lei Complementar 251/2017. Para efeito de comparação, a legislação de taxa de coleta de lixo da capital é mais antiga, de 1998, e desde então sem alterações.



A Legislação conta apenas com quatro artigos, sem discriminação de contribuintes isentos. Para efeito de comparação, a legislação de taxa de coleta de lixo da capital traz uma série de contribuintes beneficiados com isenção, sobretudo residenciais.

A forma de pagamento é junto ao IPTU, podendo ser parcelado em até oito cotas ou com desconto de 10% para pagamento à vista. Para efeito de comparação, o desconto na capital para pagamento à vista é limitado a 7%.

SEGMENTAÇÃO

Apenas dois setores distintos de cobrança: residenciais e não residenciais.

Diferenciação de valor segundo a metragem dos imóveis, sendo crescente o valor conforme o maior tamanho. Valores cobrados por faixas de metragem, sendo três para residenciais e seis para não residenciais. Faixa teto para imóveis residenciais "acima de 150 m²" e para imóveis não residenciais "acima de 500 m²".

VALOR

Valores para imóveis não residenciais maiores que para imóveis residenciais.

Valor calculado em UFIR-MP que em 2023 foi definida em R\$ 4,0325. Na capital, valor calculado em UFIR-RJ, que em 2023 foi definida em R\$ 4,3329.

Última alteração da legislação em Miguel Pereira, decorrente da Lei Complementar 341/2021, com vigência a partir de janeiro/2023, retomou as faixas descritas na redação original, da Lei Complementar 251/201, entretanto, com valores majorados. Dessa forma, encurtou as últimas faixas dos imóveis não residenciais: de "300 m² até 800 m²" para "300 m² até 500m²" e de "acima de 801 m²" para "acima de 500 m²"; e aumentou o valor para imóveis residenciais (+50% em todas as faixas) e imóveis não residenciais (+50% nas faixas iniciais, com imóveis até 500 m², e +525% para imóveis "acima de 500 m²").



Em 2023, valor da taxa de coleta de lixo em Miguel Pereira para imóveis residenciais ficou entre R\$ 60,49 e R\$ 181,46 e para imóveis não residenciais entre R\$ 120,98 a R\$ 6.048,75.

PROPOSTA PARA IMÓVEIS NÃO RESIDENCIAIS

Premissa: Manter a estrutura de faixas definidas na legislação vigente.

Não foram consideradas propostas de segmentar a taxa por atividade econômica, sob risco de reduzir a simplicidade da legislação e ter setores majorados, nem propostas de cobrança independente da metragem, como é feito na capital, na certeza de que pequenos negócios seriam penalizados. Na capital, especificamente, o legislador tentou alcançar justiça social através da cobrança da taxa de coleta de lixo, tendo em vista as grandes diferenças sociais entre regiões da cidade, o que não ocorre no município de Miguel Pereira.

Objetivo: Reduzir o valor cobrado (1.500 UFIR-MP) da última faixa (imóveis acima de 500 m²). Esse valor foi majorado sobremaneira (+525%) na última mudança legislativa. Até 2022, valor da faixa teto era bem menor (240 UFIR-MP).

Quanto menor o valor, maior competitividade para o município.

Proposta: Reduzir o valor cobrado da última faixa de 1.500 UFIR-MP para 240 UFIR-MP, valor este cobrado até 2022, durante a vigência da Lei Complementar 267/2018. A taxa para imóveis "acima de 500 m² cairia de R\$ 6.048,75 para R\$ 967,80, uma redução de 84% e economia de R\$ 5.080,95.

Por derradeiro, a produção dos efeitos da presente Lei Complementar, ocorrerá somente a partir de 01 de janeiro de 2024, face o tributo ser lançado diretamente no carnê do IPTU e em virtude dos adventos legais conhecidos como "noventena" e "anterioridade anual", ambos instituídos pela Constituição Federal, respectivamente em seu artigo, 150, III, "c" e "b", verbis:



"Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
- c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;"

Esperamos que a matéria tenha a melhor das acolhidas Senhor Prefeito, conforme as razões expostas que nortearam a apensa Propositura, pelo que acreditamos tenha vossa compreensão.

Na oportunidade reiteramos protestos de elevada estima e distinta

consideração.

ANDRÉ PINTO DE AFONSECA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUN. DE MIGUEL PEREIRA Recebido em Q7 | 12 | 2013

Sérgio relipe V. Santos Sérgio relipe V. Santos

Exmo. Sr. EDUARDO PAULO CORRÊA.

DD. Presidente da Câmara Municipal de Miguel Pereira.



LEI COMPLEMENTAR N°	DE	DE	DE 2023.
---------------------	----	----	----------

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º O dispositivo abaixo enumerado do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 036, de 19 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte nova redação:

TABELA XIV

DA TAXA DE COLETA DE LIXO

RESIDENCIAL	VALOR DA FAIXA	NÃO RESIDENCIAL	VALOR DA FAIXA
ATÉ 60,00 M ²		ATÉ 40,00 M ²	
60,01 M ² ATÉ 150,00 M ²		40,01 M ² ATÉ 80,00 M ²	
ACIMA DE 150,00 M ²		80,01 M ² ATÉ 160,00 M ²	
		160,01 M ² ATÉ 300,00 M ²	
		300,01 M ² ATÉ 500,00 M ²	
		ACIMA DE 500,00 M ²	240 UFIR MP

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Miguel Pereira, Em, de de 2023.

Production and the second

André Pinto de Afonseca Prefeito Municipal